

# A PRESERVAÇÃO DE DOCUMENTOS ARQUIVÍSTICOS EM AMBIENTE DIGITAL E A VARIÁVEL POLÍTICA

Brenda Couto de Brito (Universidade Federal do  
Estado do Rio de Janeiro)

Angelica Alves da Cunha Marques (Universidade de Brasília/  
Universidade Federal Rio de Janeiro)

## 1 INTRODUÇÃO

Preservar os documentos para acesso às suas informações, em momentos posteriores aos de sua produção, possibilita usos diversos dos registros como provas de ações (DURANTI, 1994) no presente e como testemunhos do passado no futuro (BELLOTTO, 2006). A exemplo do que já ocorria com os documentos analógicos, a preservação dos documentos de arquivo em ambiente digital é uma tarefa que requer grande responsabilidade em virtude de sua importância para a manutenção do legado informacional de uma pessoa, família, entidade, sociedade, Nação.

O cenário que inscreve e interage com a preservação digital torna esse desafio ainda maior, especialmente por sua dimensão política, objeto desta comunicação, que propõe analisar questões políticas no tocante à preservação dos documentos arquivísticos em ambiente digital, ou seja, como a sua (não) aplicação tem repercussões na preservação da memória.

A preservação deve ser planejada e excetuada, levando-se em consideração algumas variáveis que incidem sobre ela, como as socioculturais, econômicas, técnicas e políticas. Esta comunicação objetiva discutir a relevância da variável política, a partir do recorte de uma tese de Doutorado em Ciência da Informação (ROCCO, 2021) – de nossa autoria e orientação, respectivamente –, que estudou a preservação de documentos em ambiente digital. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, exploratória e descritiva, amparada na Teoria Social, que reconhece a importância vital da variável política para a preservação de documentos, em grande medida determinando-a e a definindo, inclusive ambiente supracitado.

## 2 A TEORIA SOCIAL E A PRESERVAÇÃO EM AMBIENTE DIGITAL

Deprender os fenômenos de uma dada sociedade apresenta-se como uma ação complexa (MORIN, 2000), que carece de atenção aos diversos sujeitos e variáveis que incidem sobre tais fenômenos. Uma forma de aprofundar os estudos dos fenômenos sociais é recorrer à Teoria Social, a qual, segundo Outhwaite (2017, p. 10) popularizou-se no Reino Unido, no início dos anos 1970, por Anthony Giddens<sup>143</sup>.

Considera-se a Teoria Social um arcabouço crítico, empregado nos estudos e nas interpretações de fenômenos sociais, como um recurso fundamental, porém não único para o estudo, questões relacionadas à sociedade como capitalismo, globalização, sociedade da informação, memória coletiva. Desse modo, consideramos que essa teoria é relevante como referencial teórico para discutirmos a complexidade que perpassa a relação da variável política com a preservação de documentos em ambiente digital.

Tal teoria tem, em sua estrutura, autores como Jean Jacques Rousseau<sup>144</sup>, Charles-Louis de Secondat (Montesquieu)<sup>145</sup> – estes dois primeiros considerados

---

<sup>143</sup>Anthony Giddens (1938-) é um sociólogo, conferencista e professor britânico, considerado um dos maiores colaboradores modernos no campo da Sociologia. É reconhecido por sua Teoria da Estruturação, por sua visão holística das sociedades modernas, como, também, por sua intenção de renovar a social democracia por meio da Terceira Via. Realizou palestras sobre Sociologia e Teoria Social como professor visitante de importantes universidades do mundo, como a de Harvard, Stanford, Sorbonne e Roma (EBIOGRAFIA, 2021a).

<sup>144</sup>Jean-Jacques Rousseau (1712-1778) foi um filósofo social, teórico político e escritor suíço. Considerado um dos principais filósofos do Iluminismo e um precursor do Romantismo, suas ideias influenciaram a Revolução Francesa. Em sua obra mais importante "O Contrato Social" desenvolveu sua concepção de que a soberania reside no povo (EBIOGRAFIA, 2021b).

<sup>145</sup>Montesquieu (1689-1755) foi um filósofo social e escritor francês, considerado o autêntico precursor da Sociologia Francesa. Foi um dos grandes nomes do pensamento iluminista, junto com Voltaire, Locke e Rousseau (EBIOGRAFIA, 2019a).

seus precursores—, Georg Wilhelm Friedrich Hegel<sup>146</sup>, Karl Heinrich Marx<sup>147</sup>, Michel Paul Foucault<sup>148</sup>, Maximilian Karl Emil Weber (Max Weber)<sup>149</sup>, David Émile Durkheim<sup>150</sup>, entre outros, que, desde o século XVII até a atualidade, apresentam e discutem métodos que permitem analisar questões sociais, políticas e econômicas, por eles (re)pensadas sob diversos ângulos.

A gênese da Teoria Social compreende indagações que vão desde os sujeitos envolvidos na ação, suas relações de poder até os seus grupos sociais, as normas e estruturas sociais, ou ausência delas. Os teóricos sociais cunharam conceitos como feudalismo, imperialismo, capitalismo, neoliberalismo, classes, hegemonia, mobilidade social, etc., a partir dos quais determinados fenômenos sociais podem ser analisados (OUTHWAITE, 2017). Assim, ampliam-se as possibilidades de análise, mediante a observação de diferentes sujeitos e variáveis que envolvem o fenômeno estudado, a partir de perspectivas diversas – políticas, econômicas, sociais (e não apenas conforme o viés dominante).

O nosso objeto de estudo, a preservação de documentos de arquivo em ambiente digital, pode ser apreendido como um fenômeno social no âmbito da memória coletiva e social, sob duas perspectivas. A primeira se relaciona às “memórias oficiais”, elaboradas a partir dos documentos preservados por instituições públicas responsáveis pela custódia, manutenção e acesso aos documentos considerados de interesse público, ligados à soberania nacional, à identidade do povo e representativos para a sociedade. A preservação de documentos em ambiente digital pode se relacionar às necessidades, às vontades, à manutenção da memória, à garantia de direitos, entre outros, de um indivíduo, de um grupo de indivíduos, de uma determinada sociedade ou até mesmo de uma nação. Nesse caso, a definição do que deve ser preservado encontra amparo em legislação vigente. Além disso, tais instituições dispõem de profissionais com alto grau de especialização e capacitação para avaliarem os requisitos de preservação dos documentos.

---

<sup>146</sup>Friedrich Hegel (1770-1831), filósofo alemão, foi um dos criadores do “idealismo absoluto”, assim como precursor do existencialismo do marxismo (EBIOGRAFIA, 2019b).

<sup>147</sup>Karl Marx (1818–1883) foi um filósofo e revolucionário socialista alemão. Criou as bases da doutrina comunista e criticou o capitalismo. Seu pensamento repercutiu em várias áreas do conhecimento, tais como Sociologia, Política, Direito e Economia (EBIOGRAFIA, 2021c).

<sup>148</sup>“Michel Foucault (1926-1984) foi um filósofo francês, que exerceu grande influência sobre os intelectuais contemporâneos. Ficou conhecido por sua posição contrária ao sistema prisional tradicional” (EBIOGRAFIA, 2019c).

<sup>149</sup>Max Weber (1864-1920), economista e sociólogo alemão, dedicou sua vida ao trabalho acadêmico, escrevendo sobre assuntos variados como o espírito do capitalismo e as religiões chinesas (EBIOGRAFIA, 2019d).

<sup>150</sup>Émile Durkheim (1858-1917), sociólogo francês, concebeu a teoria da coesão social. É considerado o pai da Sociologia Moderna e chefe da chamada Escola Sociológica Francesa (EBIOGRAFIA, 2019e).

A segunda perspectiva considera os interesses dos indivíduos e grupos, no que compete ao seu entendimento dos fatos e dos documentos “relevantes” que os representam. Dessa forma, cabe a cada indivíduo e a cada grupo definir o que deve ser preservado, conforme seus contextos e necessidades. Ainda nessa perspectiva, não haveria uma única “memória oficial”, mas memórias pretendidas e preservadas a partir de diversos olhares.

As perspectivas coexistem e passam por escolhas individuais, coletivas e institucionais. O exame dessas perspectivas, dos prós e contras de cada uma delas, pode ser direcionado pelas lentes da Teoria Social, que, como já dito, exige um olhar sensível do complexo social para o estudo em questão, particularmente em torno da variável política que as perpassa.

### **3 A VARIÁVEL POLÍTICA NA PRESERVAÇÃO EM AMBIENTE DIGITAL**

O aumento significativo da produção e tramitação de documentos arquivísticos em ambiente digital trouxe consigo a necessidade de preservá-los, levando-se em conta a formação de recursos humanos especializados aptos a atuarem nas ações de preservação e promoção de acesso, por sua vez condicionado às restrições físicas (dos suportes e formatos) e legais.

Nas últimas décadas, esse ambiente vem se apresentando de forma complexa em suas especificidades e dinâmicas, desafiando profissionais de áreas diversas diante das inúmeras relações e escolhas feitas, principalmente no tocante à preservação dos documentos históricos, de guarda permanente. Inicialmente, ambientes digitais que propiciam o controle do registro e do trâmite de documentos nato-digitais não garantem a sua autenticidade, condição para o seu valor de prova e de testemunho.

A variável política conduz as referidas escolhas no âmbito da preservação, conjugando interesses e, por consequência, trazendo desconfortos, incertezas e tensões, que demandam análises cuidadosas entre o individual e o coletivo; o material e o imaterial; o acesso e o sigilo; a eliminação e a preservação de registros.

Primeiramente, há que se atentar às normas e leis de designação de deveres e responsabilidades, que possibilitam compreender quais documentos arquivísticos digitais serão preservadas, porque, por quem, para quem e como. No caso brasileiro, além da Constituição Federal (BRASIL, 1988), da Lei de Arquivos (BRASIL, 1991) e da Lei de Acesso à Informação (BRASIL, 2011), a Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014 (BRASIL, 2014) estabelece os princípios, as garantias, os direitos e os deveres para o uso da Internet no país.

Dessa maneira, ao se buscar preservar documentos em ambiente digital, deve-se levar em conta todas as questões legais, garantindo que as regras sejam seguidas, respeitando-se os direitos à vida, à felicidade, ao conhecimento, à honra, à privacidade, à propriedade, de acesso à informação, bem como direitos autorais, dentre outros.

Sob a Teoria Social, os olhares sobre os aspectos políticos em torno da preservação podem ser redimensionados, contemplando o entendimento de inúmeros aspectos sociais, éticos, morais e legais que circunscrevem o ambiente digital. Cotidianamente acompanhamos notícias sobre crimes financeiros, direitos autorais, preconceitos, calúnias, fakenews, etc., que nos chegam sem que analisemos as suas relações com os documentos de arquivo. Da ausência de políticas de preservação e de políticas ineficazes— que ocorre quando não há quaisquer posicionamentos políticos sobre a temática da preservação digital, por parte do Estado, do cidadão e das instituições—, decorrem graves prejuízos aos documentos e, conseqüentemente, à memória individual e coletiva. Tornamos-nos reféns dessas políticas (e não somente daquelas que aparentemente estariam diretamente vinculadas ao acesso às Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação, as TDICs) e das suas repercussões em todas as dimensões das nossas vidas.

As tecnologias propiciam dinâmicas na produção e tramitação de documentos que possibilitam que o produtor também seja capaz de participar da preservação dos documentos. Contudo, na prática, não é isso que geralmente ocorre, pois, quem produz delega, aos “donos da rede”, a manutenção e preservação das informações ali registradas. Como esses atores representam a classe dominante da sociedade, o que será mantido é o que tal classe quer para ela dominar material e “espiritualmente” o legado de seus documentos, como afirmam Engels e Marx:

As idéias da classe dominante são, em todas as épocas, as idéias dominantes; ou seja, a classe que é a força material dominante da sociedade é, ao mesmo tempo sua força espiritual dominante. A classe que dispõe dos meios de produção material dispõe também dos meios de produção espiritual, o que faz com que sejam a ela submetidas, ao mesmo tempo, as idéias daqueles que não possuem os meios de produção espiritual. As idéias dominantes são, pois, nada mais que a expressão ideal das relações materiais dominantes. São essas as relações materiais dominantes compreendidas sob a forma de idéias. São, portanto, a manifestação das relações que transformam uma classe em classe dominante; são dessa forma, as ideias de sua dominação. (ENGELS; MARX, 2005, p. 78).

Desse modo, podemos nos apropriar dessas ponderações para a preservação no ambiente digital, considerando que quem deterá os documentos contidos em tal ambiente será a classe dominante, que os usará e os manterá da forma que lhe for conveniente, não se preocupando, necessariamente, com as nuances sociais que deveriam determiná-la.

Uma forma de amenizar esse cenário alcança o papel do Estado, que, para além das suas instituições de guarda e preservação de documentos – tais como centros de documentação e memória, arquivos, bibliotecas e museus –, deve deixar de ser visto como o grande tutor da memória coletiva, conforme o seu o poder patriarcal, e se colocar como provedor do bem-estar social que abrange, inclusive as condições em que os documentos públicos são geridos, preservados e acessados. As instituições e os agentes estatais, como mediadores de direitos e deveres, entre o individual e o social, devem promover o acesso, capacitar seus agentes nesse sentido e fomentar da preservação de documentos em todos os ambientes. Lembremos que, no caso do digital, a responsabilidade pode ser estendida ao próprio produtor, na identificação e na definição dos documentos que melhor representem as suas ações ao longo do tempo.

Assim, a essência do Estado moderno consiste em unir o universal à liberdade da particularidade e ao bem-estar dos indivíduos. Logo, a visibilidade da variável política, no tocante à preservação digital, abrange: a) a macro e a micropolítica, ou seja, às políticas vigentes na sociedade, que refletem as suas relações de poder, bem como as suas dinâmicas legais e estruturais; b) as políticas públicas e o posicionamento do Estado sobre a preservação e a eliminação de documentos.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A crescente produção e circulação dos registros informacionais no ambiente digital apontam para a necessidade de preservá-los mediante políticas efetivas que contemplem investimentos como para a formação técnica especializada dos responsáveis, conforme previsões legais específicas em diferentes níveis de governo. A variável política abrange uma complexidade de estratégias para contornar incertezas e tensões, via ponderações crítico-analíticas.

Podemos analisar a visibilidade dessa variável para a preservação em ambiente digital sob aspectos de diferentes ordens. Quanto às políticas vigentes na sociedade, verificam-se as relações de poder, bem como as suas dinâmicas legais e estruturais. Quanto às políticas públicas, espera-se o posicionamento do Estado acerca da preservação digital. Complementarmente, as micropolíticas institucionais correspondem ao planejamento local na execução de ações nesse sentido.

A preservação dos documentos arquivísticos em ambiente digital requer atenção e comprometimento de diversos agentes – cidadãos, representantes da sociedade e do próprio Estado –, produtores e acumuladores de registros conforme as atividades que desempenham. Independentemente dos seus suportes e formatos, os documentos representam as ações que comprovam e refletem o contexto histórico, social, econômico e político no qual se inserem. Como testemunhos do passado no presente e para o futuro, tornam-se artefatos de informação e memória que possibilitam usos diversos, além daqueles imediatamente previstos na sua produção.

A Teoria Social, como um arcabouço teórico-metodológico sensível à complexidade dos fenômenos, pode ser um instrumento relevante para as políticas de preservação, que não podem ser reduzidas aos suportes e aparatos tecnológicos.

## REFERÊNCIAS

- BELLOTTO, 201 BELLOTTO, H. L. **Arquivos permanentes**: tratamento documental. 4. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2006. 4
- DURANTI, Luciana. Registros documentais contemporâneos como provas de ação. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 13, p. 49-64, jan./jun. 1994.
- E BIOGRAFIA. **Montesquieu**. 2019a. Disponível em: <<https://www.ebiografia.com/montesquieu/>>. Acesso em 14 jun. 2022.
- E BIOGRAFIA. **Friedrich Hegel**. 2019b. Disponível em: <<https://www.ebiografia.com/hegel/>>. Acesso em 14 jun. 2022.
- E BIOGRAFIA. **Michel Foucault**. 2019c. Disponível em: <[https://www.ebiografia.com/michel\\_foucault/](https://www.ebiografia.com/michel_foucault/)>. Acesso em 14 jun. 2022.
- E BIOGRAFIA. **Max Weber**. 2019d. Disponível em: <[https://www.ebiografia.com/max\\_weber/](https://www.ebiografia.com/max_weber/)>. Acesso em 14 jun. 2022.
- E BIOGRAFIA. **Émile Durkheim**. 2019e. Disponível em: <[https://www.ebiografia.com/emile\\_durkheim/](https://www.ebiografia.com/emile_durkheim/)>. Acesso em 14 jun. 2022.
- E BIOGRAFIA. **Anthony Giddens**. 2021a. Disponível em: <[https://www.ebiografia.com/anthony\\_giddens/#:~:text=Anthony%20Giddens%20\(1938\)%20%C3%A9%20um,18%20de%20janeiro%20de%201938](https://www.ebiografia.com/anthony_giddens/#:~:text=Anthony%20Giddens%20(1938)%20%C3%A9%20um,18%20de%20janeiro%20de%201938)>. Acesso em 14 jun. 2022.
- E BIOGRAFIA. **Jean-Jacques Rousseau**. 2021b. Disponível em: <[https://www.ebiografia.com/jean\\_jacques\\_rousseau/](https://www.ebiografia.com/jean_jacques_rousseau/)>. Acesso em 14 jun. 2022.
- E BIOGRAFIA. **Karl Marx**. 2021c. Disponível em: <[https://www.ebiografia.com/karl\\_marx/](https://www.ebiografia.com/karl_marx/)>. Acesso em 14 jun. 2022.

ENGELS, Friedrich, MARX, Karl. **A ideologia alemã**: Feuerbach – a contraposição entre as cosmovisões materialista e idealista. Trad. Frank Müller. São Paulo: Martin Claret, 2005

MORIN, Edgar; LE MOIGNE, Jean Louis. **A inteligência da complexidade**. São Paulo: Ed. Fundação Peirópolis, 2000.

OUTHWAITE, William. **Teoria social**: um guia para entender a sociedade contemporânea. Rio de Janeiro: Zahar, 2017. 142 p.

ROCCO, Brenda Couto de Brito. **A preservação de documentos em ambiente digital**: contribuições da Teoria Social na ampliação da abordagem técnica. 2021. Tese (Doutorado em Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação) - Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia.